



Lixo Urbano na Mídia: Análise midiática dos discursos de lixo urbano nos jornais de Belém (1997-2011).¹

Flávia CORTEZ²

Tomaz PENNER³

Moenah CASTRO⁴

Universidade Federal do Pará, Belém, PA

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise midiática sobre os principais discursos de desenvolvimento sustentável encontrados nas matérias jornalísticas sobre lixo urbano em Belém. Por entender esses discursos enquanto embates ideológicos são utilizadas também a concepção de hegemonia e de sociedade civil em Gramsci, com o objetivo de compreender melhor as disputas sociais e culturais referentes ao lixo urbano nos jornais “O Liberal” e “Diário do Pará”.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento sustentável; lixo urbano; hegemonia; comunicação.

APRESENTAÇÃO

Comunicação na Contemporaneidade.

O meio ambiente está entre os principais temas de debates, polêmicas e pesquisas no mundo contemporâneo. É um tema interdisciplinar que abriga diversos pontos de vista. Neste trabalho, o principal aspecto a ser analisado é o comunicacional, principalmente por entender a questão ambiental enquanto discursos e ter como objeto a análise de sua construção midiática.

Para isso, é necessário entender a posição ocupada pela comunicação na sociedade atual, para então analisar a sua relevância na construção dos discursos e na disputa pela hegemonia cultural.

Apesar da diversidade de concepções teóricas e ideológicas um dado comum aparece como fundamental para a investigação e para os novos enquadramentos dos estudos: a compreensão da contemporaneidade como uma sociedade estruturada e ambientada pela comunicação, como uma verdadeira “Idade Mídia”, em suas profundas ressonâncias sobre a sociabilidade contemporânea em seus diversos campos (RUBIM, 2000, p.26).

Segundo Rubim (2000, p.26), “a convergência entre comunicação, telecomunicações e informática aparece entre os setores mais dinâmicos do capitalismo na atualidade.”. Assim, de acordo com o autor, a relação cada vez mais próxima entre economia e

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 17 a 19 de maio de 2012.

² Recém-Graduada (2012) do Curso de Jornalismo da UFPA-PA, email: cortezflavia@hotmail.com

³ Recém-Graduado (2012) do Curso de Publicidade da UFPA-PA, email: tomazpenner@gmail.com

⁴ Estudante de graduação do Curso de Jornalismo da UFPA-PA, e-mail: moenah@gmail.com



comunicação foi o fator mais significativo que deslocou o antigo lugar superestrutural da informação, em que era vista apenas como mais um instrumento ideológico, até ser considerada, hoje, como infra-estrutural, ou seja, intrínseca ao sistema de produção e reprodução capitalista.

Pode-se afirmar, sem medo de errar, que sem publicidade e marca, portanto, sem comunicação, em situações normais de vida capitalista, um produto não pode ser transformado em mercadoria. Por consequência, a realização do valor e a própria reprodução capitalista encontram-se comprometidas em um patamar comunicacional. (RUBIM, 2000, p.27).

A percepção da comunicação enquanto discurso ideológico é fundamental para uma análise crítica da contemporaneidade, na qual se manifesta. É, portanto, necessária para compreender os discursos ambientais da atualidade, como o chamado *Desenvolvimento Sustentável*.

O discurso ambiental do desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu em 1992 dentro da Convenção sobre Mudança do Clima, que aconteceu no Rio de Janeiro. Segundo este conceito, a humanidade deve buscar caminhos de desenvolvimento, incluindo a amenização da pobreza, sem destruir o ambiente natural, do qual a espécie humana precisa para viver. Seria "o desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras. Exige também que tecnologias e conhecimentos técnicos ambientalmente saudáveis sejam desenvolvidos e compartilhados." (FURRIELA, 2002, p.15).

De acordo com Banerjee (2003), dentro do modelo de produção capitalista, o conceito de desenvolvimento sustentável emergiu recentemente num esforço para abordar os problemas ambientais causados pelo *crescimento econômico*. Há muitas interpretações e definições para desenvolvimento sustentável, mas o objetivo é buscar um processo de crescimento econômico que não destrua o meio ambiente.

O discurso de sustentabilidade pretendido pelo novo termo, porém, gera uma pluralidade de interpretações. Para compreender melhor a sua origem, é importante partir, primeiramente, do significado de *desenvolvimento*. "O termo desenvolvimento, por exemplo, já vem sendo usado já quase duzentos anos" (BANERJEE, 2003, p.77). Ainda de acordo com o autor, o termo foi sendo construído pelos países dominantes para classificar o que é desenvolvido e o que é atrasado, ou subdesenvolvido, e assim



justificar investidas "progressistas", baseadas no seu modelo de desenvolvimento, em países em desenvolvimento.

Veiga (2010) demonstra como um dos principais indicadores de desenvolvimento de um país, o PIB, não tem preocupação com sustentabilidade ou fatores humanos, mas puramente econômica. "As mazelas do PIB tem sido severamente criticadas, principalmente por ele só abranger atividades mercantis e ignorar a depreciação de recursos naturais e humanos." (VEIGA, 2010, p.19). Muitos autores defendem que o desenvolvimento deve levar em consideração outros aspectos de uma sociedade, porém, no contexto contemporâneo *desenvolvimento* tornou-se um novo nome para crescimento econômico.

Assim a palavra desenvolvimento não consegue contemplar os questionamentos sobre o modo de produção, reflexão necessária para se incluir o debate sobre os impactos ambientais causados pelo atual sistema econômico. Por isso a necessidade de outro termo que pudesse repensar o próprio significado de desenvolvimento. Surge então o termo *sustentável*.

De acordo com a definição de Brundtland (WCED, 1987:9), o desenvolvimento sustentável é: "um processo de mudança no qual a exploração de recursos, o direcionamento de investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional acontecem e concordância com as necessidades presentes e futuras." (WCED, 1987:9, apud BANERJEE, 2003, p.81)

Esta definição abrangente gera muitas controvérsias e desacordos, pois não explica a operacionalização desta mudança numa perspectiva política e econômica, o que abre espaço para muitas interpretações. A sustentabilidade, como Redclift (1987) destaca, significa coisas diferentes para diferentes povos.

Percebem-se, então, diferentes discursos sobre o que é sustentabilidade, seu conceito e objetivo. Estas distinções estão no cerne de um debate sobre cultura e sociedade. Na busca de medidas para a questão, o tratado de Quioto e o acordo internacional da Convenção Rio-92 tornaram este tema um assunto *global*. No entanto, o que está sendo, de fato, globalizado?

O debate ideológico nesta temática gera questionamentos sobre a perspectiva monocultural de *global* que guia a abordagem sobre o assunto, visto que as discussões e medidas propostas pelos tratados ainda é norteadas pela noção de desenvolvimento dos países que dominam. Esta *globalização* pode ser entendida de duas formas: a tentativa de socializar os custos ambientais "globalmente", em que todos os países se



responsabilizam por medidas de redução dos danos ambientais sem levar em consideração, por exemplo, as históricas desigualdades entre Norte e Sul, no que se refere à utilização de recursos naturais.

E também a globalização *midiática* da ideia de sustentabilidade dentro da lógica de reprodução dos pensamentos hegemônicos, no caso, o do capitalismo. Agora a sustentabilidade tornou-se a principal marca simbólica de credibilidade no *mercado*. Em consequência desta visibilidade foi criado o marketing ambiental, ou seja, estratégias de incorporar de alguma forma o símbolo verde aos seus produtos para que estejam em nível de concorrência. Diferentes pontos de vista sobre o que é sustentabilidade também se refletem no debate sobre lixo urbano.

A Sustentabilidade do Lixo Urbano

Dentro deste grande e muitas vezes genérico campo chamado meio ambiente, o lixo aparece como um dos mais graves problemas ambientais urbanos da atualidade. De acordo com Sewell (1978 apud LAYRARGUES, 2002, p.2), “as crescentes objeções ao volume de resíduos sólidos dividem-se em cinco categorias: saúde pública, custos de recolhimento e processamento, estética, ocupação de espaço em depósitos de lixo e esgotamento dos recursos naturais.”.

Como foi apontado por Sewell (1978), os problemas causados pelo lixo fogem da esfera somente ambiental, ou seja, resíduo que prejudica somente a natureza. Nos centros urbanos, o volume de lixo sem recolhimento e tratamento adequado causa diretamente danos à saúde humana, além de ser considerado um problema econômico, visto que o seu recolhimento e processamento é um grande custo aos cofres públicos, e, conseqüentemente, uma questão política, pois os cidadãos pagam impostos específicos para isso. Há também um forte problema social, das pessoas que vivem do material encontrado no lixo, como os catadores, pessoas historicamente marginalizadas pela sociedade e exploradas pelo sistema de produção vigente.

“A compreensão da necessidade do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos propiciou a formulação da chamada Política ou Pedagogia dos 3R's, que inspira técnica e pedagogicamente os meios de enfrentamento da questão do lixo” (LAYRARGUES, 2002, p.1). A política dos 3R's é um conjunto de ações sugeridas durante a Conferência da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992, bem como no 5º Programa Europeu para o Ambiente e Desenvolvimento, realizado em 1993. Os 3R's consistem nos atos de reduzir, reutilizar e reciclar o lixo produzido.



Baseado nesta proposta é possível discernir dois principais discursos sobre a política dos 3R's: o discurso oficial e o ecológico alternativo. Ao analisar o discurso governamental brasileiro, Carvalho (1991)⁴ aponta duas matrizes discursivas sobre a questão ambiental:

Um discurso ecológico oficial, enunciado pelo ambientalismo governamental, representante da ideologia hegemônica e encarregado de manter os valores culturais instituídos na sociedade; e um discurso ecológico alternativo, proferido pelo ambientalismo original *strictu sensu*, corporificado pelo movimento social organizado, representante da ideologia contra hegemônica e encarregado de disseminar valores subversivos à ordem social e econômica instituída. (CARVALHO, 1991 apud LAYRARGUES, 2002, p.4)

A disputa por hegemonia dentro dos debates sobre meio ambiente será analisada neste trabalho a partir da concepção gramsciana. De acordo com o autor, a hegemonia manifesta-se principalmente na sociedade civil por meio de valores culturais, ideológicos e simbólicos.

A hegemonia é isso: capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que – através de sua de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste entre tais forças exploda, provocando uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder. (GRUPPI, 1978, p.4).

Para Gramsci, a sociedade está dividida entre sociedade política, representada pelas forças coercitivas como o estado, forças armadas, leis; e a sociedade civil, representada pelas instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias, como sistema escolar, partidos políticos, corporações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e cultural, etc. As instituições da sociedade civil são denominadas *aparelhos privados de hegemonia*, onde a disputa ideológica se manifesta de forma mais explícita. O autor denomina este poder de consenso dentro da sociedade como poder *dirigente*, ou poder de *direção*. Depois, a partir da consolidação cultural de determinada ideia, é possível se chegar ao poder Estatal, representado pela sociedade política, denominado poder de *dominação*. A hegemonia em sentido amplo se apresenta quando uma classe conquista essas duas esferas.

Assim, o debate sobre lixo urbano pode ser entendido como ideológico-cultural. O discurso dominante representa a atual hegemonia social, baseada no capitalismo,

⁴ ver Layrargues 2002



enquanto os ambientalistas disputam espaço ideológico e manifestam uma opinião contrária à atual dominação.

Assim, para os ambientalistas, o lixo urbano é um problema cultural, pois o *consumismo* é visto como uma característica da sociedade contemporânea. O grupo argumenta, por exemplo, que a rápida e fácil descartabilidade provocada por essa dinâmica de produção é a característica mais danosa ao meio ambiente, resultando em acúmulo exorbitante e desnecessário de lixo, principalmente nos centros urbanos. Por isso, no entender de Sewell (1978), “a eliminação da obsolescência planejada é a chave da minimização dos resíduos: afinal, produzir um refrigerador que funcione doze anos ao invés de oito significa ter um terço de refrigeradores a menos no lixo durante esse mesmo período de tempo.” (ibid.)

Baseados nessa linha de pensamento, os ambientalistas priorizam a *redução do consumo*, dentro da Política dos 3R’s, como o aspecto mais importante para enfrentamento do lixo urbano, seguida da *reutilização*, que tem a mesma proposta, e por fim a reciclagem. Afinal, como argumentam, a reciclagem não reduz a escala de produção.

No entanto, a reciclagem do lixo produzido pelo consumo, apesar de importante, resolve apenas uma diminuta fração do problema: Meadows et al (1992) lembram que para cada tonelada de lixo gerada pelo consumo, vinte toneladas de lixo são geradas pela extração dos recursos e cinco toneladas de lixo são geradas durante o processo de industrialização. Nos EUA, por exemplo, para se produzirem quatro quilos e meio de produtos, gera-se pelo menos uma tonelada e meia de resíduos. (LAYRARGUES, 2002, p.13)

Por outro lado, para o discurso *ecológico oficial*, o lixo urbano é um problema técnico, e não cultural. Enquanto para os ambientalistas o problema central é o consumismo, para o discurso oficial é o *consumo insustentável*. A proposta desta vertente discursiva alia-se à manutenção da economia capitalista e busca incorporar a sustentabilidade ao mercado, criando assim a ideia de um *consumo sustentável*.

O consumo sustentável seria possível através da reciclagem e das tecnologias limpas. Por isso, a ideologia dominante permite-se a crítica ao consumo insustentável alegando a possibilidade de um consumo sustentável. Mas não permite a crítica ao consumismo, pois este é o elemento que sustenta a dinâmica da economia. Ou seja, um problema técnico de readequação das corporações aos novos paradigmas.

Dentro da concepção gramsciana, os meios de comunicação fazem parte da sociedade civil enquanto instituição responsável por “organizar e difundir determinados tipos de cultura” (GRAMSCI, 2000a, p.32 apud MORAES, 2010, p.65), mas, principalmente,



como arena de disputas ideológicas. O discurso hegemônico sobre meio ambiente e lixo urbano é perceptível dentro de matérias jornalísticas a partir de slogans como *consumidor consciente*, que entra na lógica da existência de um consumo sustentável, ou *faça sua parte*, indicando a socialização dos custos ambientais, ou ainda *salvar o planeta*, que são globalmente difundidos e colocados como *novos* princípios culturais, já na ordem do discurso pós-colonial, isto é, incorporação do discurso do colonizado num processo de apropriação do território e conhecimento das populações integradas agora no processo de acumulação capitalista em escala mundial.

Análise Midiática

Apesar de tantos aspectos, a análise a ser abordada neste trabalho é a comunicacional. No caso, a cobertura midiática sobre a problemática do lixo urbano nos dois grandes jornais impressos de Belém: O Liberal e Diário do Pará. O objetivo é buscar entender a concepção de lixo urbano que a mídia hegemônica retrata, dentro de um tema tão amplo, a partir da análise das principais categorias encontradas.

A escolha do tema surge do contraste observado na capital Belém. Por um lado denominada pela mídia de “metrópole da Amazônia”, suposto símbolo de preservação e sustentabilidade. Por outro lado, a capital foi eleita a 3ª mais suja do país em 2010 pelo programa Fantástico, da rede Globo, a partir de um teste feito em várias capitais do Brasil. Além disso, 90% do lixo urbano é destinado ao aterro do Aurá, o qual fica a apenas 2 Km das fontes de água limpa da cidade, que já apresentam sinais de poluição. Enfim, o cenário ambiental da metrópole da Amazônia é degradante.

Como metodologia de seleção, buscou-se excluir matérias voltadas para o acontecimento, que eram maioria, e buscar matérias mais qualitativas sobre o assunto. Dentro disso, procurou-se matérias que relacionassem com a política dos 3 R’s – redução, reutilização e reciclagem.

Ao todo foram selecionadas 11 matérias jornalísticas. Pode-se dizer que todas apresentam quatro principais aspectos abrangentes que norteiam a discussão sobre lixo urbano na mídia de Belém: econômico, político, social e ambiental. A partir desses 4 aspectos encontrados em comum nas matérias selecionadas foi possível retirar quatro categorias principais que serão analisadas neste trabalho: reciclagem, poder público (políticas públicas), meio ambiente e catadores.

Para representar o grupo de 11 recortes de jornais e também contemplar essas 4 categorias, serão analisadas somente 2 matérias jornalísticas. A primeira referente ao



jornal O Liberal e com data de 17/07/1997, sob o título “Reciclar é preciso?”. E a segunda referente ao jornal Diário do Pará, com data de 14/05/2011 e com o título "Menos de 1% do lixo de Belém é reciclado".

O *corpus* escolhido visa representar o conjunto das 11 matérias iniciais e também apresentar visões complementares sobre a questão, ou seja, nem todas as categorias estarão presentes ou terão o mesmo destaque nas duas matérias. Outro fator relevante nesta escolha é o intervalo de tempo de 14 anos entre ambas, buscando desta forma mostrar também as diferenças na abordagem das categorias decorrente de mudanças durante este tempo.

MATÉRIA 1 – Jornal O Liberal

Título: Reciclar é Preciso?

Data: 17/07/1997

No título “Reciclar é preciso?” percebe-se seu foco: a *reciclagem*. Este é o principal tema discutido nas 11 matérias jornalísticas selecionadas. No caso desta, não é citada nem a redução do consumo nem a reutilização, que também compõem a política dos 3R’s.

Em geral, e nesta matéria especificamente, a reciclagem tem um enfoque principalmente econômico, o que fica claro no texto de subtítulo:

“A reciclagem na Alemanha, França, EUA e Japão já está integrada á economia desses países. No Brasil, a palavra de ordem no sudeste e sul é reciclar tudo que for possível. A Caixa Econômica e a Sudam tem linhas de crédito para o setor.” (O Liberal, 17/07/1997).

A partir disso, a região norte passa a ser criticada por não investir no ramo da reciclagem tanto quanto outros países desenvolvidos, ou como as regiões sudeste e sul do país, consideradas mais desenvolvidas. Assim, o foco é principalmente comercial, tendo como fontes centrais empresários locais para falar sobre projetos e incentivo na área. O texto jornalístico expõe, dessa forma, uma visão de desenvolvimento enquanto crescimento econômico, relação questionada por Banerjee (2003) e Veiga (2010).

Demais temas relacionados com a temática do lixo urbano são subjugados a visão mercadológica proposta na matéria. Por exemplo, a questão ambiental, que teoricamente deveria ser a base da matéria, é utilizada como argumento para justificar a presença das empresas e indústrias de reciclagem citadas no texto e agregar valor simbólico a elas.



Rubim (2000) já discutia esta relação da comunicação com o sistema vigente, dando suporte como veículo ideológico e de reprodução do modo de produção capitalista.

"Uma tonelada de papel reciclado evita que 30 árvores sejam cortadas" (O Liberal, 17/07/1997) Edimar Freire, gerente de Planejamento da Facepa, empresa de reciclagem de papel.

"O que precisamos neste limiar do próximo milênio é que façamos as pazes com a natureza" (O Liberal, 17/07/1997), Rita Reis, empresária da Norplasa, indústria de reciclagem de plástico.

Outro ponto interessante na matéria é a crítica ao poder público, representado pela ausência de políticas públicas, principalmente a coleta seletiva, e a falta de projetos sociais com os catadores. No entanto, o texto jornalístico não aprofunda este aspecto e o contrasta esta realidade de negligência da prefeitura com a eficiente presença de empresas na região para compensar esta ausência.

“Segundo ela, [Rita Reis, empresária da Norplasa] a presença da fábrica em Castanhal levou a prefeitura a fazer palestras nas escolas sobre reciclagem. A de Bragança foi mais ágil: está coletando plástico para a empresa e a renda é aplicada na compra de cestas básicas para o povo.” (O Liberal, 17/07/1997). É neste sentido que Boito (2007, p.59) alerta: “A localização dos interesses efetivamente priorizados pela política do Estado indica qual é a fração hegemônica no interior do bloco no poder.”.

O aspecto empresarial e mercadológico sobre o lixo urbano integra as quatro categorias analisadas nesta matéria: reciclagem, meio ambiente, catadores e poder público.

MATÉRIA 2 – Jornal Diário do Pará

Título: Menos de 1% do lixo de Belém é reciclado

Data: 14/05/2011

Esta matéria jornalística apresenta um espaço de 14 anos em relação à anterior. O que mudou neste tempo? Dentre as justificativas para a sua escolha está o fato de apresentar personagens novos e também um foco relativamente diferente, mais voltado para a coleta seletiva na cidade.

No título “Menos de 1% do lixo de Belém é reciclado”, já é possível perceber que a reciclagem continua sendo o principal aspecto da política dos 3R’s a ser citado nas matérias jornalísticas, enquanto a redução do consumo e a reutilização não são sequer mencionadas. Outro ponto em comum é a crítica ao poder público, ideia reafirmada no



subtítulo da matéria: “Coleta seletiva na capital está restrita a três bairros. Prefeitura diz que vai ampliar ação para reciclar lixo” (Diário do Pará, 14/05/2011).

A crítica à ausência do poder público é colocada na matéria a partir da fala da moradora Paloma Oliveira, residente na Avenida Marquês de Herval, em que a coleta seletiva supostamente acontece. “Colocaram recentemente essas lixeiras diferentes no canteiro, mas não explicaram direito como funciona. Já me disseram que esse lixo tem que ser todo diferente senão não presta. Aí eu preferi nem me arriscar” (Diário do Pará, 14/05/2011), Paloma Oliveira.

A argumentação da moradora de que não faz a separação do lixo por desinformação é utilizada para criticar a prefeitura de Belém. No entanto, o argumento é praticamente refutado pelo último parágrafo da matéria, que também é destaque na primeira página, no qual vangloria os cidadãos que colaboram com a coleta seletiva: “Mas existem aqueles que já fazem o dever de casa”, referindo-se aos cidadãos que fazem a separação do lixo e exemplificado na fala da estudante de biologia Regina Pena: “Se não fizer nada fica pior. Não adianta sentar e ficar esperando, como se o problema não estivesse ao nosso alcance” (Diário do Pará, 14/05/2011).

Em contraposição a uma postura mais agressiva sobre as políticas públicas, a matéria finaliza com a noção de "globalização dos custos" Banerjee (2003), ou seja, o discurso do "faça sua parte", que reflete uma concepção neoliberal de sociedade civil, na qual:

nota-se também a existência de uma visão mais pró-establishment, na qual a sociedade civil é considerada de uma maneira mais passiva, menos como uma esfera contraposta ao Estado e ao capitalismo e mais como um complemento ou mesmo um substituto para o Estado e o mercado [...] não é o reino da luta e da emancipação, mas sim o reino da estabilidade, da provisão, da confiança e da responsabilidade social. (PINHEIRO, não datado, p.85-86).

Nesta concepção, a sociedade civil é representada pelas organizações sem fins lucrativos ou organizações não governamentais que passam a assumir responsabilidades sociais do Estado e, ao mesmo tempo, funcionar como intermediárias na relação com empresas.

Dentre os pontos diferenciados desta matéria, em comparação à anterior, está o destaque dado aos catadores, fator que decorre, principalmente, da gradativa organização tanto local quanto nacional desses trabalhadores. Só em Belém e Ananindeua são 6 cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis. Em âmbito nacional, foi criado o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, que reivindica, dentre outras coisas, o reconhecimento da profissão e sua inclusão na gestão



de resíduos sólidos. Neste sentido, pode-se dizer que a organização destas pessoas foi fundamental para o fortalecimento de suas reivindicações.

A partir da organização desta categoria, pode-se dizer que passaram a disputar a arena ideológica dentro dos aparelhos de hegemonia, instituições da sociedade, como, por exemplo, os jornais. Apesar de não se encaixar em todos os aspectos com a concepção gramsciana de hegemonia, os significativos avanços na representação deste grupo social, com a gradativa conquista de espaço, estão associados à sua relativa ação *dirigente*.

A classe social até então subalterna torna-se dirigente, por sua vez, quando sabe indicar de modo concreto a solução para os problemas, quando tem uma concepção do mundo que conquista novos aderentes, que unifica o alinhamento que se forma entorno dela. É essa a concepção gramsciana da conquista da hegemonia.(GRUPPI, 1978, p.79).

No entanto, esta conquista deve ser relativizada se levar em conta que o capital tem interesse em se apropriar de mão-de-obra barata e ainda agregar valor simbólico por essa atitude. Como foi exemplificado pela catadora Maria José, a realidade por trás da iniciativa esconde ainda muitos interesses. Cunha (2007) também faz questionamentos quanto à forma de incorporação dos catadores na gestão do lixo urbano quando diz que o Estado está muito mais preocupado em assimilar este trabalhador dentro da escala produtiva, ao invés de refletir sobre o que leva mulheres, homens e crianças ao trabalho da catação. Questionamento que recairia sobre o próprio sistema. Ou ainda, sobre a origem dos debates do que se convencionou chamar "desenvolvimento sustentável".

Esta matéria, portanto, apresenta as categorias poder público e catadores como principais dentro do texto jornalístico. Na categoria poder público, que inclui a questão da coleta seletiva, houve pouca mudança em relação à matéria jornalística "Reciclar é preciso?" de 1997, o que se conclui também a mesma postura jornalística de compensação da ausência da prefeitura, na primeira representada pela eficiência das empresas e nesta, pelos cidadãos assumindo a responsabilidade do estado a partir da concepção neoliberal de sociedade civil.

Já a categoria “catadores” apresentou diferenças na abordagem das matérias, que podem ser interpretadas enquanto disputa por hegemonia a partir da organização deste grupo social. No entanto, na matéria ainda é discutido dentro de uma visão mercadológica com a incorporação destes trabalhadores enquanto mão-de-obra barata para os meios de produção.



CONCLUSÃO

A partir da análise midiática do tema lixo urbano nos dois principais jornais de Belém, O Liberal e Diário do Pará, é possível perceber uma visão hegemônica de desenvolvimento sustentável difundido por esses meios, a partir da concepção de hegemonia em Gramsci, de acordo com o qual, os meios de comunicação, enquanto aparelhos privados hegemonia servem, principalmente ao poder dominante, no caso, o capitalismo. Com isso, os principais elementos sobre lixo urbano encontrados nas matérias jornalísticas: catadores, meio ambiente, reciclagem e poder público, são interpretados de forma mercadológica.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, C.; LEÃO, N.; VERÍSSIMO, A. **Belém Sustentável 2007**. Série Cidades Sustentáveis, 2. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2008.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. Lua Nova, São Paulo, 80: 71-96, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>. Acessado em: 25/11/2011.

BANERJEE, Subhabrata Bobby. **Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza**. In. Contra-discurso do desenvolvimento sustentável. Orgs FERNANDES, Marcionila ; GUERRA, Lemuel. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003.

BOITO, Armando Jr. **Estado e burguesia no capitalismo neoliberal**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 28, p. 57-73, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n28/a05n28.pdf>. Acessado em: 25/11/2011.

CUNHA, Bruno Batista da. **Não está cheirando nada bem: condições e efeitos da territorialidade de excluídos, na condição de catadores de materiais recicláveis, em Belém (PA)**. Belém, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

DUARTE, Newton. **Limites e contradições da cidadania na sociedade capitalista**. Pro-Posições, Campinas, v. 21, n. 1 (61), p. 75-87, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n1/v21n1a06.pdf>. Acessado em: 25/11/2011.

FURRIELA, R. BIDERMAN. **Introdução à Mudança Climática Global – Desafios Atuais e Futuros**. Brasília. IPAM. 2003

GÓES, Laércio Torres de. **Contra-hegemonia e Internet: Gramsci e a Mídia Alternativa dos Movimentos Sociais na Web**. 2007. Disponível em: <http://www.rpbahia.com.br/biblioteca/inter-nor2007/resumos/R0364-1.pdf>. Acessado em: 09/12/2011.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 8ª ed. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1989.



GRUPPI, Luciano. **Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental**. In. Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. Orgs.: LOUREIRO, F.; LAYRARGUES, P.; CASTRO, R. São Paulo: Cortez, 2002, 179-220 Disponível em: http://www.semebrusque.com.br/bibliovirtual/material/ea/ea_pdf0005.pdf. Acessado em: 13/09/2011.

MARTINS, Roberto Araújo. **Políticas públicas, arranjos institucionais e organizações informais: uma análise das mudanças do aterro sanitário do Aurá em Belém (1997/2006)**. Belém, 2007. 126f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MORAES, Denis. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci**. Dossiê comunicação e política 54 Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/12420/8298>. Acessado em: 10/12/2011.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O conceito de sociedade civil**. PUC- Rio de Janeiro, não datado. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0310315_05_cap_04.pdf. Acesso em: 10/12/2011.

REDCLIFT, Michael R. **Os novos discursos de sustentabilidade**. In. Contra-discurso do desenvolvimento sustentável. Orgs FERNANDES, Marcionila ; GUERRA, Lemuel. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **A contemporaneidade como idade média**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v.4, n.7, p.25-36, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SANTOS, Luiz Cláudio. **A questão do lixo urbano e a geografia**. 1º SIMPGEO/SP, Rio Claro, 2008. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/1014-1028luiz.pdf>. Acessado em: 07/09/2011.

VEIGA, José Eli. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: Senac, 2010.